

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.504.401 - DF (2019/0138986-2)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : P R P F
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
AGRAVADO : M V DA S
ADVOGADOS : ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA - DF034720
LEONARDO BUENO DO PRADO - DF039146

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por P R P F contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a*, da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, assim resumido:

RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL
INTEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO/RECONVENÇÃO.
APRECIÇÃO DOS SEUS FUNDAMENTOS NA SENTENÇA
AUSÊNCIA DE PREJUÍZO (fl. 138).

Alega violação do art. 241, II, do CPC/1973, no que concerne à nulidade da declaração da revelia do agravante, em virtude de ter lhe trazido prejuízos. Alega, em suma, que:

O Tribunal de origem não reconheceu a nulidade da sentença por *erro in procedendo*, quanto ao termo inicial do prazo para apresentação da Contestação e da Reconvenção, haja vista entender que não houve prejuízo a ele. Entretanto, existiu sim prejuízo por cerceamento do direito de defesa. Isso porque, além do imóvel, o ora Recorrente questionou a partilha do automóvel e das dívidas adquiridas em benefício do casal, fundamentos que não foram apreciados pelo magistrado. Assim, imprescindível a devolução do prazo ao ora Recorrente, uma vez que a determinação do termo inicial para apresentação de contestação foi incorreta, já que deveria se dar conforme lecionava o art. 241, inciso II do CPC/73 (fls. 150/151).

É o relatório. Decido.

Quanto à alegação de prejuízo, consta do acórdão recorrido:

A decretação da nulidade da sentença depende da demonstração do prejuízo. Em sua contestação (40-5), o apelante suscitou preliminar de incompetência do Juízo para reconhecer a união estável em período anterior à CF/88 e, no mérito, caso dissolvido o vínculo, manifestou-se pela partilha do

imóvel especificado pela apelada, bem como das dívidas contraídas pelo casal para adquirir o imóvel e um veículo - os dois últimos não foram requeridos na inicial. Na mesma oportunidade, apresentou reconvenção (46-9) requerendo a partilha do veículo e das dívidas mencionadas. Ao sentenciar, o Juízo reconheceu a união estável a partir da promulgação da CF/88 e determinou a partilha do imóvel, sem prejuízo de possíveis direitos de terceiros não integrantes da demanda. Percebe-se que, apesar do entendimento de que a contestação/reconvenção foram intempestivas, o Juízo apreciou as teses apresentadas pelo apelante, tanto que resguardou eventual direito de terceiros ao partilhar o bem, notadamente, o suposto valor tomado por empréstimo para sua aquisição. No que tange ao veículo, as partes limitaram-se a alegar sua existência sem, contudo, apresentar algum documento a ele referente. Verifica-se, ainda, a dúvida acerca da sua propriedade, porquanto a apelada alega que pertence ao filho do casal e o próprio apelante confirma, pelo menos, que o filho adimpliu algumas parcelas do financiamento. Nota-se que, da forma como consta dos autos, é inviável a partilha do veículo, o que pode ser perfeitamente realizada em demanda autônoma de sobrepartilha. Portanto, a revelia não acarretou prejuízos ao apelante para justificar a nulidade da sentença que reconheceu a união estável, além de partilhar o único bem cuja existência foi comprovada, resguardando eventual direito de terceiros (fls. 141/142).

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita. (Súmula 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

